

JUSTIFICATIVA PROCESSO EMERGENCIAL

O Instituto de Planejamento e Gestão de Serviços Especializados – IPGSE, através dos seus representantes que subscrevem, no uso de suas atribuições legais:

Considerando que o Instituto de Planejamento e Gestão de Serviços Especializados – IPGSE é o responsável pela gestão operacional do Hospital Estadual de Santa Helena de Goiás Dr. Albanir Faleiros Machado (HERSO), por meio do Extrato do termo de colaboração Nº 101/2024-SES/GO, publicado no Diário Oficial do Estado na edição nº 24.362;

Considerando o Termo de Colaboração Nº 101/2024-SES/GO, celebrado entre o Instituto de Planejamento e Gestão de Serviços Especializados – IPGSE e a Secretaria de Estado de Saúde de Goiás, outorgado em 30 de agosto de 2024, conforme publicação no Diário Oficial do Estado na edição nº. 24.362;

Considerando a necessidade de atender às demandas decorrentes do Termo de Colaboração Nº 101/2024-SES/GO, de modo, que haja eficácia e eficiência na operacionalização dos serviços e atendimentos do Hospital Estadual de Santa Helena de Goiás Dr. Albanir Faleiros Machado;

Considerando a solicitação de compra da Supervisora de Suprimentos do HERSO autorizada pela diretoria Administrativa;

Considerando o inciso VIII do artigo 15 da RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 01 – IPGSE/2021, que dispõe sobre a excepcionalidade da publicidade nas compras ou contratações realizadas em caráter de urgência ou emergência, cujo não atendimento imediato implica em prejuízos ou compromete a segurança de pessoas;

Justifica o presente processo, que se faz necessário para aquisição de medicamento, em caráter emergencial, para suprir a demanda da Farmácia Hospitalar, no Hospital Estadual

de Santa Helena de Goiás Dr. Albanir Faleiros Machado / HERSO, conforme exposto no memorando 588/2024 anexado aos autos.

Ademais, vislumbrando o atendimento imediato do pedido, considerando que, o medicamento em questão é indispensável para dar continuidade nos tratamentos realizados na unidade, devido a sua eficácia, assim para a que os pacientes não fiquem prejudicados, afirmamos ser justificável a instrução do presente processo emergencial.

Vale ressaltar, que se trata de um medicamento manipulado, que possui uma curta validade, o que torna inviável manter estoques elevados do mesmo, além disso, os pacientes em uso da medicação, podem não necessitar mais do tratamento a qualquer momento.

Posto isto faz-se necessário, a referida aquisição, considerando, por analogia, o previsto no inciso VIII do Art. 15º do Regulamento de compras.

Santa Helena de Goiás, 08 de Outubro de 2024.

Michelly B. F. dos Santos
MICHELLY BORGES FERREIRA DOS SANTOS
Setor de Compras

Romero Leão Giovannetti
ROMERO LEÃO GIOVANNETTI
Superintendente Administrativo